

A SITUAÇÃO DO ABORTO EM ANGOLA

Segundo os dados disponíveis a nível global, a cada 9 minutos morre uma mulher em consequência de complicações de um aborto clandestino. A maioria destas mulheres são de países mais pobres, nomeadamente de países africanos. É por isso que a OMS e as Nações Unidas consideram que o aborto clandestino e inseguro é um problema de saúde pública.

A penalização e criminalização do aborto não impede nem faz diminuir o número de abortos, antes promove o aborto clandestino e inseguro, aumentando a mortalidade e a morbilidade maternas. Isto aconteceu em Portugal e acontece em todos os países que restringem o acesso aos cuidados de aborto legal e seguro. Tal situação é particularmente gravosa nos países em que a pobreza e a desigualdade social tornam mais difícil o acesso aos cuidados de saúde e, especificamente, aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

Por tudo isto, um crescente número de países, em todo o mundo, tem progressivamente optado por mudanças legislativas que despenalizam e/ou descriminalizam o aborto, permitindo que as mulheres que estão face a uma gravidez não desejada, a possam interromper em serviços apropriados em condições de segurança e dignidade, e com o consequente acompanhamento profissional, em particular, no domínio do planeamento familiar.

A avaliação da despenalização do aborto em Portugal revelou importantes ganhos em saúde, tais como o desaparecimento das mortes maternas associados ao aborto, e uma redução muito significativa de todas as complicações pós-aborto que existiam antes da mudança da lei.

A APF considera, por isso, que a recente aprovação, pela Assembleia Nacional de Angola, da nova Lei do Código Penal, que penaliza com prisão de quatro a dez anos a prática do aborto no país, constitui um enorme retrocesso, e considera também que, tendo em conta a situação de enorme crise social vivida em Angola, esta legislação irá seguramente repercutir-se num aumento de mortes maternas e outras consequências nefastas para a saúde das mulheres angolanas.

A APF manifesta por isso a sua indignação e, simultaneamente, a sua solidariedade com os movimentos e organizações angolanas que lutam pela despenalização e descriminalização do aborto e pela promoção dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva.

Lisboa, 21 de março de 2017

A Direção Nacional